

problema da arqueologia evolucionista unilinear foi que ela se tornou, por demais, uma parte integrante da antropologia e dependente da etnologia. Muito mais criatividade tinha legado o estilo escandinavo de arqueologia pós-paleolítica, embora este tenha sido temporariamente eclipsado pelas descobertas significativas de fases anteriores do desenvolvimento humano. Embora a arqueologia escandinava se tivesse inspirado em uma perspectiva evolucionista, ela evitou analogias holísticas e valeu-se de paralelos a fim de interpretar facetas particulares do registro arqueológico. Graças a sua constatação cada vez mais clara das deficiências do enfoque evolucionista unilinear, uma nova geração de arqueólogos profissionais veria seu declínio como uma libertação, não como uma perda.

Capítulo 5

ARQUEOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Falando em termos gerais, a ideologia nacionalista sofre de uma difusa falsa consciência. Seus mitos invertem a realidade: ela ... diz defender uma sociedade tradicional antiga, quando na verdade ajuda a criar uma sociedade de massas anônima.

E. GELLNER, *Nations and Nationalism* (1983), p. 124.

O verdadeiro patriota acaba sendo por força o antiquário.

O. F. OWEN, *Survey Archaeological Collections I* (1858), p. 2-3.

No final do século XIX, o evolucionismo cultural sofria contestações na Europa por conta do crescente nacionalismo e do declínio da fé no progresso tecnológico. As duas coisas estavam intimamente ligadas, porquanto o enfraquecimento da adesão ao evolucionismo fazia despontar a etnicidade como o fator mais importante na história humana. Na Europa ocidental, o nacionalismo crescia à medida em que a expansão da industrialização aumentava a competição por mercados e recursos. No final do século, intelectuais desejosos de promover a solidariedade em seus países, em face do conflito social crescente, estimulavam o nacionalismo, culpando estados vizinhos por seus problemas econômicos e sociais.

Na Inglaterra e na França, o nacionalismo exprimia-se com vigor na historiografia, que enfatizava a solidariedade desses grupos nacionais. No entanto, o seu impacto na arqueologia foi bem abafado, em parte pela influência de Lubbock e Mortillet. Entre 1861 e 1865, o imperador francês Napoleão III ordenou que fossem feitas grandes escavações em cidadelas célticas, em Mont Auxois e Mont Réa, na Burgúndia. Esses lugares, que haviam sido sitiados por Júlio César quando ele invadiu a Gália, revelaram a cultura material dos habitantes celtas da França no século I a.C. Estimulando o nacionalismo, Napoleão procurava aumentar o

poder de seu regime (Daniel, 150: 10-11). Por outro lado, na auto-confiante Grã-Bretanha, as fantasias sobre possíveis associações druídicas de sítios neolíticos e da Idade do bronze, que haviam sido a principal expressão de nacionalismo patrocinada pelos antiquários do século XVIII, foram relegadas aos domínios da história popular e do folclore (A. Owen, 1962: 239).

Na Europa central e do norte, a arqueologia esteve associada ao nacionalismo durante todo o século XIX. Em 1871, ela desempenhou um importante papel na unificação da Alemanha, promovendo um senso de identidade étnica, e depois disso continuou a fazê-lo, ajudando a exprimir o orgulho do povo alemão por suas realizações. No século XVIII, o ressurgimento da literatura alemã fora caracterizado por uma revolta contra a herança clássica da Europa ocidental e por uma glorificação do passado antigo e medieval da Alemanha. Ao mesmo tempo, o filósofo Johann Herder definira a história como o relato do desenvolvimento de um povo, exemplificado por sua língua, suas tradições e suas instituições (Hampson, 1982: 241, 248-9). O estudo da pré-história continuou a ser parte da reação dinamarquesa às perdas territoriais para seus vizinhos mais poderosos. Na Europa oriental, a arqueologia, estimulando um senso de identidade étnica entre poloneses, tchecos, húngaros e outros povos que viviam sob domínio austríaco, russo e prussiano, desempenhou um importante papel na destruição desses impérios e na eventual emergência de uma série de estados nacionais.

Durante o século XIX, acervos crescentes de material arqueológico foram recuperados em toda a Europa central, como resultado da construção de estradas, ferrovias, canais e fábricas, da fundação de museus e institutos de pesquisa e da criação de cadeiras de arqueologia nas universidades. À medida em que mais testemunhos eram coletados, a atenção dos arqueólogos deslocou-se dos megálitos, colinas fortificadas e túmulos para o estudo dos artefatos. Seu principal objetivo era determinar, muitas vezes com emprego de critérios fantasiosos, a que grupos étnicos os diversos achados pertenciam, de modo que as nações emergentes pudessem saber mais sobre o começo de sua história e sobre o modo como viviam seus ancestrais (Sklenář, 1983: 91). Nas décadas de 1870 e de 1880, a pesquisa arqueológica nessa região era influenciada pela arqueologia evolucionista da França e da Inglaterra, estimulando a classificação rigorosa e a comparação de achados arqueológicos. O desenvolvimento de cronologias locais foi retardado, porém, pela relutância em adotar o sistema escandinavo das três idades, a que se opunha um punhado de eminentes arqueólogos alemães, em grande medida por razões nacionalistas (Böhner, 1981;

Sklenář, 1983: 87-91). Mas o namoro com a antropologia evolucionista teve vida curta e, no final do século XIX, a arqueologia reatou seus laços com o estudo das histórias nacionais. O interesse por problemas étnicos e históricos levou os arqueólogos a prestar atenção crescente à distribuição geográfica de tipos distintos de artefatos e conjuntos de artefatos, no esforço de relacioná-los com grupos históricos. Uma orientação nacionalista encorajou a arqueologia da Europa central a concentrar-se mais no estudo do neolítico e de períodos mais recentes do que nos tempos paleolíticos. Por conta do papel desempenhado pelos arqueólogos na promoção de um sentimento de identidade étnica, os governos imperiais tentaram, por vezes, obliterar ou impedir a pesquisa arqueológica. Por essa mesma razão, ela obteve o apoio de grupos nacionalistas como a classe média tcheca e a aristocracia terratenente da Polônia.

Difusionismo

Na década de 1880, os problemas econômicos e sociais que se avolumavam na Europa ocidental, o berço da antropologia evolucionista, estimularam uma nova ênfase no conservadorismo e na imutabilidade da natureza humana e, portanto, na etnicidade. Os problemas surgidos com a revolução industrial estavam a tornar-se cada vez mais evidentes, em especial na Grã-Bretanha — onde ela tinha avançado mais —, manifestando-se sob a forma de favelas, crises econômicas e competição estrangeira crescente. Ao mesmo tempo, a supremacia política da classe média estava sendo desafiada pelos primeiros movimentos trabalhistas. Em consequência desses acontecimentos, a nova geração de intelectuais voltou-se contra a idéia de progresso. O industrialismo, que a princípio tinha sido uma fonte de orgulho, passou a ser visto como produtor de caos social e de feiúra (Trevelyan, 1952: 119). Os esforços que eram feitos no sentido de externalizar os conflitos cada vez mais estimularam doutrinas raciais. Afirmou-se que franceses, ingleses e alemães eram biologicamente diferentes uns dos outros e que seu comportamento estava determinado não por fatores políticos e econômicos, mas, essencialmente, por diferenças raciais imutáveis. A unidade nacional foi incentivada com o argumento de que, no interior de cada nação, todos, independentemente de classe social, estavam unidos por uma herança biológica comum, que constituía o mais forte de todos os laços humanos.

A desilusão com o progresso, junto com a convicção de que o comportamento humano estava biologicamente determinado, promovia

ao período medieval, período este em que vigorou a concepção de sucessivos impérios – babilônio, persa, helenístico e romano – vindo, um após o outro, a transferir o centro de poder e a criatividade para o oeste, ou seja, desde o Oriente Próximo até a Europa. Por fim, durante o século XIX, as potências europeias, em especial a Inglaterra e a França, interferiam em grau cada vez maior nos assuntos econômicos e políticos do Oriente Próximo (Silberman, 1982). Uma concepção da pré-história que via as nações europeias ocidentais, em vez dos povos árabes, como os verdadeiros herdeiros das civilizações do Oriente Próximo ajudava a justificar as intervenções coloniais da Europa naquela região, tal como o folclore justificava a colonização europeia da África. Esta interpretação do desenvolvimento cultural antigo no Oriente Próximo como origem da civilização europeia pode ajudar a explicar porque as idéias de Montelius eram mais populares na França e na Inglaterra do que na Alemanha, cujas intervenções no Oriente Próximo só começaram no final do século XIX.

Montelius não subscreveu as interpretações racialistas da história humana. Ao mesmo tempo em que ele se preocupava com os processos de difusão responsáveis pela propagação da civilização na Europa nos tempos pré-históricos, procurou explicitar os processos evolutivos responsáveis pela origem da civilização no Oriente Próximo. Como cidadão de uma nação geograficamente periférica, cuja vida cultural e acadêmica estava sendo transformada, no século XIX, por influência da Alemanha, ele provavelmente via a difusão como um poderoso estímulo para a mudança. Embora ele tenha sido o primeiro grande inovador da arqueologia a ser fortemente influenciado por uma concepção propriamente difusionista da cultura, sua posição no debate a respeito da inventividade humana foi tímida e seu pensamento, em grande medida, continuou evolucionista.

○ Conceito de Cultura

No final do século XIX, uma preocupação crescente com a etnicidade estimulou a formação do conceito de cultura arqueológica e a adoção da abordagem histórico-cultural no estudo da pré-história. Na Escandinávia e na Europa central, os arqueólogos começaram a traçar analogias explícitas entre, de um lado, conjuntos reunindo muitos vestígios com características específicas, geograficamente restritos, e, de outro, as culturas etnográficas. Kroeber e Kluckhohn (1952) registraram como, no curso do século XVIII, filósofos franceses e alemães começaram a empregar a palavra francesa “culture”, que originalmente se aplicava a empreendimentos agrícolas,

para designar o progresso humano e o esclarecimento (o autocultivo). Na Alemanha, a palavra passou a designar os costumes de sociedades específicas, sobretudo os estilos de vida marcados por uniforme coesão e mudança lenta, atribuídos a grupos camponeses e tribais, por oposição à “civilização” dos modernos centros urbanos, cosmopolitas e sujeitos a mudanças rápidas. Depois de 1870, obras sobre *Kulturgeschichte* (História da Cultura) começaram a proliferar, e em 1843 o etnólogo alemão Gustav Klemm (1802-67) publicou dados etnográficos em uma série de livros, a que deu o título de *Allgemeine Cultur-Geschichte der Menschheit* [História cultural geral da humanidade] (1843-52). O etnólogo inglês E. B. Tylor desde 1865 tinha ciência dessa prática de Klemm, mas foi somente no seu livro *Primitive Culture* [Cultura primitiva] (1871) que ele adotou a palavra cultura e conferiu-lhe a clássica definição de “aquele conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (p. 1). Partindo dessa concepção holística ou processual de cultura, era fácil dar um passo além, rumo a uma noção distintiva de culturas individuais como modos de vida transmitidos por povos específicos de geração em geração, um conceito popularizado por Ratzel juntamente com o difusionismo. Em seu *Geschichte des Altertums* [História da Antiguidade], publicado em 1884, o historiador Eduard Meyer (1855-1930) escreveu sobre as culturas egípcia, grega, troiana e micênica (Meinander, 1981: 101). Nas obras de Heinrich Schliemann e outros, os termos egeu, micênico, minóico, heládico e cicládico distinguiam civilizações específicas da Idade do Bronze no Mediterrâneo (Daniel, 1950: 243).

A designação de conjuntos de material pré-histórico geográfica e temporalmente circunscritos como culturas ou civilizações, assim como sua identificação como remanescentes de grupos étnicos, parece ter ocorrido independentemente a diversos arqueólogos. No entendimento de Childe (1935b:3), o conceito de cultura arqueológica “impôs-se” a arqueólogos escandinavos, centro-europeus e italianos por força da riqueza de material que suas escavações revelavam no tocante ao neolítico e a períodos posteriores. No entanto, também está claro que isso ocorreu primeiramente na Europa central e adjacências, onde se verificava um interesse permanente em rastrear identidades étnicas através do registro arqueológico. Já em 1866, o arqueólogo sueco Olof Rygh interpretava a singularidade de pontas de lança e de flechas encontradas no seu país como o produto “de uma cultura e de um povo” particulares da Idade da Pedra, e em 1871 ele registrou a existência de “duas culturas e dois povos da Idade da Pedra”

na Noruega (Meinander, 1981:106). Em 1891, A Götze fez referência à cultura da *Bandkeramik* [cerâmica de bandas] e a outras culturas neolíticas; V. V. Hvojko, em 1901, à cultura *Tripolye*; e A. A. Spitsyn, em 1905, à cultura *Fatyanovo*. Em 1908, Raphael Pumpelly, um geólogo norte-americano que se tornara arqueólogo, empenhado, então, em uma escavação no sítio de Anau, na Ásia Central, usou o termo cultura para distinguir níveis sucessivos de ocupação que podiam ser reconhecidos no sítio, explicando que empregava “cultura” como sinônimo de civilização (p. 35). Em alguns casos, é possível rastrear o processo pelo qual culturas específicas foram reconhecidas. Seguindo a seqüência das escavações de um cemitério da Idade do Bronze em Únetice, na Tcheco-Eslováquia, os arqueólogos começaram a identificar achados similares aos de Únetice nas regiões vizinhas, e por fim os ordenaram de modo a constituir uma cultura Únetice. De modo semelhante, o tipo *Burgwall* de cerâmica proto-eslava que o pesquisador alemão da pré-história Rudolf Virchow (1821-1902) definira na Europa central foi, em 1870, ampliado de modo a formar o conceito de cultura *Burgwall* (Sklenář 1983: 110).

Kossinna e o Enfoque Histórico-cultural

A despeito desses vários precedentes, o conceito de cultura arqueológica não foi definido nem aplicado sistematicamente à interpretação de dados arqueológicos senão em 1911, quando Gustaf Kossinna (1858-1931) publicou *Die Herkunft der Germanen* [A origem dos germanos]. Inspirado por um patriotismo fanático, Kossinna declarou a arqueologia a mais nacional das ciências e os antigos germanos o mais nobre tema de pesquisa. Embora formado em filosofia, ele se voltou para a arqueologia a fim de descobrir a pátria originária dos falantes de línguas indo-européias e, conseqüentemente, dos alemães. Foi designado professor de arqueologia da Universidade de Berlin e, em 1909, fundou a Sociedade Alemã para a Pré-História, logo renomeada Sociedade para a Pré-História Germânica, a fim de enfatizar seus objetivos nacionalistas. Kossinna condenava seus colegas alemães por se interessarem pela arqueologia clássica e pela egiptologia, o que, para ele, representava falta de patriotismo, senão uma traição à nação alemã (Sklenář 1983: 148-9). *Die Herkunft der Germanen* foi a primeira exposição sistemática dessa abordagem na arqueologia, configurando uma mistura de importantes inovações teóricas com uma fantasiosa glorificação da pré-história germânica, vista como a pré-história de uma raça senhorial biologicamente pura. A obra de Kossinna ajudou a reforçar

o nacionalismo germânico e ganhou o apreço de conservadores como o marechal de campo Paul von Hindenburg e, mais tarde, do Movimento Nacional Socialista. Embora Kossinna tenha morrido em 1931, sua pré-história germânica tornou-se o principal componente do currículo que o governo nazista adotou para o ensino da pré-história nas escolas alemãs (Frick, 1934). Sob o regime nazista, a Sociedade para a Pré-História Germânica recebeu a designação de União Imperial para a Pré-História Germânica, ocasião em que foram criadas diversas novas cadeiras para os seguidores de Kossinna nas universidades alemãs, ao passo que muitos arqueólogos anatematizados pelo governo, por razões políticas ou raciais (ou simplesmente contrários às idéias de Kossinna), eram demitidos e obrigados a deixar a Alemanha (Sklenář, 1983: 59; Fowler, 1987).

Apesar das ambições imperialistas da Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial, e do desejo dos nazistas de criar uma nova ordem mundial, os arqueólogos alemães apenas produziram uma versão (a mais extremada e estrídula) da arqueologia nacionalista – tendência que, na maioria dos casos, defendia os interesses de grupos étnicos minoritários, ou mais fracos. Esses arqueólogos não conseguiram, como lograra Lubbock, criar uma arqueologia verdadeiramente imperialista, baseada numa concepção do que acontecera no passado e capaz de servir aos interesses de seu país através da conquista de amplo apoio no exterior. Por conta da orientação política de Kossinna, é necessário um esforço incomum para manter a objetividade e separar suas contribuições positivas dos aspectos perniciosos de sua obra. Cumpre lembrar também que, interpretando a evidência arqueológica de modo a induzir os alemães a considerar o povo eslavo, e todos os outros, como inferiores ao germânico, e justificar as agressões contra eles, Kossinna não procedia de modo diferente dos arqueólogos amadores e semiprofissionais que, na América do Norte, na África e na Austrália, retratavam os nativos como inferiores aos europeus. De diferentes modos em cada região, a arqueologia refletiu atitudes racistas que se tornaram amplamente difundidas na civilização ocidental do século XX.

Kossinna propôs que, do paleolítico superior em diante, o registro arqueológico da Europa central podia ser organizado como um mosaico de culturas (*Kulturen* ou *Kultur-Gruppe*) [culturas ou grupos culturais], cuja localização e conteúdos se alteravam ao longo do tempo. Com base na convicção de que as culturas são inevitavelmente um reflexo da etnicidade, ele afirmava que similaridades e diferenças na cultura material correspondem a similaridades e diferenças de ordem étnica. Assim, províncias culturais claramente definidas sempre correspondiam

a grandes grupos étnicos, ou povos, como os germanos, celtas, eslavos, ao passo que culturas individuais correspondiam a tribos, a exemplo de saxões, vândalos, lombardos e burgúndios, falantes de línguas germânicas. Como muitos outros arqueólogos, inclusive Montelius, Kossinna acreditava que continuidade cultural indicava continuidade étnica. Com base nisso, afirmava ainda que, mapeando as distribuições de tipos de artefatos característicos de determinados grupos tribais, seria possível determinar onde eles tinham vivido em diferentes períodos da pré-história – um procedimento que denominou arqueologia dos assentamentos (*Siedlungsarchäologie*). Com isso ele não queria dizer sítios habitados, mas sim a circunscrição de espaços onde grupos étnicos particulares viveram. Julgava ele que, identificando historiicamente grupos tribais conhecidos com culturas arqueológicas particulares em um período histórico arcaico, seria possível rastreá-los, remontando arqueologicamente no tempo. Em algum ponto, já não seria possível distinguir as tribos germânicas – pois elas ainda não se teriam diferenciado umas das outras –, mas os arqueólogos ainda poderiam fazer distinção entre germanos, eslavos, celtas e outros grupos principais de indo-europeus. Para períodos ainda mais remotos, talvez só fosse possível diferenciar indo-europeus de não indo-europeus. Kossinna não foi o primeiro arqueólogo a usar sistematicamente o conceito de cultura arqueológica, mas foi o primeiro a aplicar o enfoque histórico direto ao estudo de uma vasta região.

Em todos os seus últimos escritos, Kossinna identificou variações culturais e étnicas com diferenças raciais. Em particular, acatou a opinião generalizada segundo a qual os povos que originalmente falavam línguas indo-européias – considerados, portanto, ancestrais diretos dos alemães – eram membros de um grupo racial nórdico (ou ariano), louro, dolicocefalo; e acolheu do mesmo modo a convicção de que as características raciais vêm a ser um determinante fundamental do comportamento humano. Kossinna também aceitou a distinção de Klemm entre *Kulturvölker*, ou povos culturalmente criativos, e *Naturvölker*, povos culturalmente passivos. Para ele, assim mesmo se distinguiam os indo-europeus (e, acima de todos, os alemães) dos demais povos. Acreditava ele ainda que os indo-europeus podiam ser rastreados até a cultura maglemosiense do mesolítico arcaico, encontrada no norte da Alemanha. Em particular, assinalava como seu ponto de origem as vizinhanças de Schlesvig e Holstein, territórios que a Alemanha recentemente anexara, tomando-os da Dinamarca. Reivindicando a máxima antiguidade para a cronologia cultural da Alemanha, ele procurava demonstrar que essa

região tinha sido o centro do desenvolvimento cultural da Europa e do Oriente Próximo. Adagas de sílex do neolítico tardio foram interpretadas como evidência de um nobre apreço germânico pelas armas, e como protótipo das armas de bronze posteriores, e trombetas da Idade do Bronze foram tomadas como prova da superioridade musical dos alemães na pré-história. Num arroubo de fantasia, Kossinna propôs a tese de que o alfabeto tivera origem não na Fenícia, mas na Idade da Pedra europeia.

Como as culturas mais avançadas eram uma expressão de superioridade biológica, elas só podiam propagar-se de uma região para outra através de migrações, e não por difusão. Imaginava-se que ondas de indo-europeus teriam migrado rumo ao sul e ao leste, conquistando populações nativas e usando-as para erigir civilizações no Oriente Próximo, na Grécia e na Itália. Mas todas essas ondas indo-européias incidiram em miscigenação com populações locais e, em consequência disso, tiveram debilitadas suas aptidões criativas. Daí porque mesmo os povos falantes de indo-europeu da Grécia e da Itália eventualmente se tornaram incapazes de manter a criatividade cultural. Para Kossinna, uma vez que os alemães ficaram em sua terra de origem, continuaram a ser os mais racialmente puros, logo os mais talentosos e criativos de todos os povos indo-europeus. Só eles seguiram sendo capazes de arcar com a responsabilidade histórica de criar a civilização e impô-la aos povos inferiores. Assim, os alemães eram os primogênitos (*Erstgeborenen*) dos indo-europeus. Kossinna também considerava a arqueologia um meio de estabelecer o direito histórico ao território. Onde quer que artefatos supostamente germânicos fossem encontrados, o lugar era declarado um antigo território alemão, que a Alemanha moderna tinha o direito de manter sob seu domínio ou estava autorizada a reconquistar. É claro que o mesmo argumento não podia ser aplicado aos povos não-germânicos, como os eslavos, que em épocas medievais tinham chegado até onde seria a fronteira entre a Alemanha Ocidental e a Oriental (Klejn, 1974).

Por fim, e mais positivamente, Kossinna enfatizou a necessidade de buscar saber o máximo possível acerca de como grupos humanos, ou pelo menos germânicos, viveram em tempos pré-históricos. Culturas não eram definidas simplesmente como conjuntos de artefatos; os arqueólogos eram instados a tentar determinar modos de vida pré-históricos. Em suas próprias palavras, Kossinna prestava pouca atenção a testemunhos arqueológicos do tipo casas, costumes funerários, ritos; mas baseava suas interpretações em artefatos de coleções de museus. Suas especulações a respeito da vida germânica pré-histórica com frequência eram fantasiosas,

na tradição de Stukeley e epígonos. No que tange ao escopo, contudo, a concepção holística de culturas arqueológicas individuais de Kossinna tinha mais em comum com a escola escandinava de arqueologia do que com a arqueologia "científica" afeiçoada ao modelo dos estudos do paleolítico protagonizados por franceses e ingleses. A obra de Kossinna, malgrado todo o seu disparate chauvinista e seu teor em grande medida amadorístico, marcou a conclusão do processo de substituição de um enfoque evolucionista da pré-história por uma abordagem histórica. Dispondo os dados arqueológicos, em cada período da pré-história, dentro de um mosaico de culturas arqueológicas, ele procurou não apenas documentar como europeus viveram em diferentes etapas do desenvolvimento pré-histórico, mas também entender como povos particulares, muitos dos quais podiam ser identificados como ancestrais de grupos modernos, viveram no passado e o que lhes sucedera no curso do tempo. Sua abordagem oferecia um meio de lidar com a evidência que se acumulava de variações tanto cronológicas quanto geográficas no registro arqueológico. Devemos reconhecer em Kossinna um inovador cuja obra foi de importância capital para o desenvolvimento da arqueologia.

Childe e a Aurora da Civilização Européia

Kossina teve pouca influência direta fora dos países de língua alemã, sem dúvida porque suas interpretações nacionalistas da pré-história eram muito repulsivas para outras nacionalidades. Os britânicos dos tempos eduardianos eram tão orgulhosos quanto os alemães de suas supostas afinidades raciais nórdicas ou arianas. Mas, ao contrário dos alemães, que podiam rastrear seu grupo étnico, recuando aos tempos da pré-história, e identificá-lo como o único ocupante da maior parte de sua pátria moderna, os britânicos tinham aguda consciência de que a Inglaterra havia sido conquistada e ocupada, sucessivamente, por romanos, saxões, dinamarqueses e normandos. Os arqueólogos britânicos postulavam que invasões semelhantes haviam ocorrido em tempos pré-históricos. Conquanto alguns ingleses alegassem que os povos celtas pré-históricos haviam sido tão-somente seus predecessores, e não seus ancestrais, a maioria dos historiadores sustentava que os elementos biológica e culturalmente mais desejáveis nas sucessivas populações indígenas se tinham combinado com o que de mais avançado havia nos grupos invasores, de modo a formar um povo cujo vigor híbrido, composto de várias levas européias, os tornava os melhores do mundo (Rouse, 1972: 71-2). Essa cadeia histórica de superioridade

crescente tinha correspondência com uma hierarquia regional e ética no interior da Grã-Bretanha. Os membros das classes dominantes (a classe alta e a classe média) viam-se como herdeiros espirituais, se não biológicos, dos normandos, ao passo que os ingleses em geral se identificavam com os antigos saxões, e os da orla céltica com os bretões, ainda mais antigos e mais primitivos.

Em função de sua atitude positiva no tocante a influências externas, os arqueólogos britânicos foram receptivos aos argumentos de Montelius de que a Europa pré-histórica devia muito de seu desenvolvimento cultural ao Oriente Próximo. Contudo, eles não consideravam mutuamente exclusivas essas teses e a dos arqueólogos eurocêntricos. Um dos principais temas da obra de John Myres intitulada *The Dawn of History* [A aurora da História] (1911) foi a propagação da civilização a partir do Egito e da Mesopotâmia até a Europa. Outro ponto fundamental era a idéia de que todas as sociedades hierárquicas se desenvolveram quando povos pastoris, politicamente dinâmicos, como os semitas e os indo-europeus, foram forçados pela estiagem a deixar suas terras para conquistar e dominar politicamente sociedades camponesas menos inovadoras. De acordo com Myres, os indo-europeus, que ele acreditava serem nômades oriundos das estepes da Ásia central, eram particularmente inclinados a impor sua língua, crenças e costumes aos povos conquistados, ao mesmo tempo em que adotavam sua cultura material. O encontro das influências culturais procedentes do Oriente Próximo transmitidas à Europa com as aptidões políticas indo-europeias deu origem ao modo de vida europeu típico, singularmente vigoroso. Idéias semelhantes eram defendidas por Arthur Evans (1896), que foi colega de Myres na Universidade de Oxford. Contudo, ao escrever sobre povos em *The Dawn of History*, Myres ainda não fazia referência a culturas arqueológicas. Mais tarde, culturas particulares foram assinaladas por arqueólogos como Myres (1923a), Harold Peake (1922) e Cyril Fox (1923). No livro *Man and his Past* [O homem e seu passado], O. G. S. Crawford (1921: 78-9) discutiu a adequação de métodos geográficos para determinar a origem, a extensão e as fronteiras dessas culturas. Entretanto, nenhum esforço foi feito no sentido de aplicar o conceito de cultura arqueológica de um modo sistemático antes da publicação do livro de Gordon Childe (1893-1957) intitulado *The Dawn of European Civilization* [A aurora da civilização européia] (1925a). Por meio deste livro, que Glynn Daniel (1950: 247) chamou de "um novo ponto de partida da arqueologia pré-histórica", a noção de cultura arqueológica tornou-se um instrumento de trabalho de todos os arqueólogos europeus.

longo da fronteira norte do império romano na Europa central, desenvolveu técnicas de reconhecimento de moldes de pilastras em toda espécie de solo (Childe, 1953: 13). Os arqueólogos também passaram a registrar mais sistematicamente os locais em que os artefatos eram encontrados, de modo que pudessem ser marcados graficamente conforme sua relação com traços como fornos e paredes de casas. Gradualmente, rejeitos líticos e remanescentes da flora e fauna de menor expressão, que até então tinham sido deixados à parte como irrelevantes, passaram a ser preservados e estudados.

Tudo isso estimulou um novo interesse pela precisão dos métodos arqueológicos. O objetivo principal de semelhante pesquisa era reconstituir uma impressão visual da vida no passado. Isso significava determinar que aparência tinham as casas, que tipo de roupas as pessoas vestiam, que utensílios usavam e em que atividades se envolviam. Essas impressões podiam ser reconstruídas em desenhos, ou tridimensionalmente, em museus ao ar livre. Um sítio que não requereu muita reconstrução foi Skara Brae, um povoamento neolítico em Orkneys, escavado por Gordon Childe (1931). Nesse sítio, não apenas as casas, mas também a mobília, a exemplo das camas, era de pedra. Os avanços mais impressionantes nesse tipo de arqueologia de campo ocorreram na Europa entre 1920 e 1940. Casas e seus entornos foram completamente desenterrados e moldes de pilastras, fornos, fossas e a distribuição dos artefatos foram interpretados como manifestações de modos de vida cotidiana (De Laet, 1957: 101-3; Sieveking, 1976: xvi). Na Polônia, um singular fortim de madeira da cultura Urnfield foi escavado em Biskupin, num trabalho iniciado em 1934, e logo se tornou o mais conhecido sítio arqueológico do país (Bibby, 1956: 384-94).

Nos Estados Unidos, a princípio, a concepção histórico-cultural levou os arqueólogos a escavar sítios principalmente a fim de resgatar mostras de artefatos que pudessem ser usados para elaborar listas de traços distintivos e definir culturas. Presumia-se que qualquer parte do sítio era típica do conjunto e, portanto, as escavações eram freqüentemente dirigidas para montículos onde os artefatos eram mais abundantes e ficava mais barato recuperá-los. Além dos artefatos, os arqueólogos procuravam recuperar dados pertinentes a flora e fauna como indicadores de padrões de subsistência e restos ósseos humanos que pudessem identificar o tipo físico da gente que ocupara os sítios. Durante a depressão econômica da década de 1930, as unidades de resgate do governo federal dos Estados Unidos, trabalhando em parques, museus e universidades, disponibilizaram grandes somas de dinheiro para a pesquisa arqueológica. Em consequência disso,

sítios inteiros foram escavados, especialmente em áreas que deveriam ser inundadas para a construção de hidroelétricas (Willey & Sabloff, 1980: 115-127). As escavações horizontais em massa fizeram com que se desse mais atenção aos padrões de assentamento.

Essa convergência de programas de pesquisa não manifesta uma análoga coincidência de atitudes com relação ao passado. Enquanto os europeus sentiam-se emocionalmente envolvidos no que consideravam o estudo de sua própria pré-história, os norte-americanos continuaram a ver o registro arqueológico como o produto de um povo estranho. Contudo, nas duas margens do Atlântico, a concepção histórico-cultural na arqueologia motivou um aperfeiçoamento que, em termos de classificação, cronologia e reconstrução cultural, levou a metodologia a um ponto muito superior ao alcançado pela arqueologia evolucionista. A mudança dos objetivos de “científicos” para “históricos” estimulou o desenvolvimento da metodologia arqueológica.

Conclusões

Um enfoque centrado na definição de culturas arqueológicas e empenhado em dar conta de suas origens em termos de difusão e migração desenvolveu-se quando os europeus ocidentais deixaram de ver a evolução cultural como um processo natural ou necessariamente desejável. A arqueologia européia alinhou-se com a história, de que muito se aproximou, e foi vista como capaz de brindar percepções do desenvolvimento de povos específicos em tempos pré-históricos. Seus achados tornaram-se, assim, parte da luta pela autodeterminação nacional, pela afirmação e defesa da identidade nacional e pela promoção da unidade nacional, contraposta aos conflitos de classes. É claro que esse tipo de arqueologia teve um amplo apelo, repercutindo em outras partes do mundo. Grupos étnicos e nacionais desejam saber mais sobre sua pré-história, e este conhecimento pode desempenhar um papel significativo no fomento de sua solidariedade e auto-estima, ajudando, também, a promover o desenvolvimento econômico e social. Isso é particularmente importante para povos cujo passado foi negligenciado, ou depreciado, pelo enfoque colonialista outrora dominante na arqueologia e na história. Embora os achados da arqueologia histórico-cultural possam enriquecer-se com técnicas desenvolvidas fora do seu âmbito para a reconstrução de culturas pré-históricas e a explicação da mudança cultural, só uma abordagem que assim focaliza a pré-história

de povos específicos pode satisfazer as necessidades de nações na fase pós-colonial. Por esse motivo, a arqueologia histórico-cultural continua a ter atrativos sociais em muitas partes do mundo.

Nos Estados Unidos, o enfoque histórico-cultural desenvolveu-se em resposta a uma crescente percepção da complexidade do registro arqueológico. Nesse caso, entretanto, não havia identificação entre os pesquisadores e os povos que estudavam. Na Europa, os arqueólogos continuaram a orgulhar-se das realizações de seus antepassados. Mas, depois de 1880, verificou-se um declínio da confiança na criatividade humana e recorreu-se muito mais do que antes à difusão e migração para explicar as mudanças no registro arqueológico. Por contraste, nos Estados Unidos, a crescente constatação de mudança pré-histórica inexplicável pela migração fez com que os pesquisadores apelassem cada vez mais para a difusão. Neste caso, o difusionismo representava não um pessimismo crescente no tocante à criatividade humana, mas uma aceitação limitada e relutante da capacidade de mudar dos nativos norte-americanos.

O paradigma histórico-cultural punha o foco na cultura arqueológica e não nos estágios gerais de desenvolvimento. Tentava assim explicar o registro arqueológico em detalhes mais precisos do que se fizera no passado. Nos contextos nacionalistas em que primeiro esse paradigma se desenvolveu, havia um forte desejo de saber o máximo possível sobre o modo de vida de grupos específicos em diferentes épocas do passado, o que significa que os arqueólogos tentavam reconstruir descrições sincrônicas dessas culturas. Na América do Norte, essa tendência desenvolveu-se mais lentamente em função de um apego a listas de traços culturais "cientificamente objetivas", coisa que refletia a continuidade do estranhamento entre os arqueólogos e a história dos povos por eles estudados. Mas em ambos os casos a mudança nas culturas arqueológicas era rotineiramente atribuída a fatores externos, considerados sob os rótulos genéricos de migração e difusão. Em casos em que a origem interna das inovações se mostrava evidente, ou o processo ficava inexplicado ou era atribuído a características raciais especiais. O maior fracasso dos arqueólogos histórico-culturalistas foi sua recusa, após seu repúdio ao evolucionismo cultural, a estender o interesse pelas mudanças à consideração das propriedades dos sistemas culturais que tornam a inovação possível, ou conduzem à aceitação de inovações vindas de fora. Sem essa compreensão, a difusão estava fadada a permanecer uma não-explicação.

Capítulo 6

A ARQUEOLOGIA SOVIÉTICA

Não foi apenas um novo sistema econômico que nasceu.

Uma nova cultura ... uma nova ciência ... um novo estilo de vida veio à luz.

N. I. Bukharin, "Teoria e prática segundo o materialismo dialético" (1931), p. 113.

Desde que o Partido Comunista chegou ao poder, em 1917, a arqueologia passou a receber dotações financeiras generosas na União Soviética, que veio a possuir a maior rede centralizada de pesquisa arqueológica do mundo. A cada ano, mais de 500 expedições empreendem trabalhos de reconhecimento e escavação, e mais de 5.000 relatórios científicos são publicados. A arqueologia é encarada como um instrumento de promoção cultural e de educação pública. Seus achados são ativamente difundidos em obras de divulgação científica e através de exposições em museus. Parte da tarefa da arqueologia é enriquecer a compreensão das origens e da história dos muitos grupos étnicos que formam a União Soviética. Outra missão sua, ainda mais fundamental, é incentivar uma compreensão materialista da história humana, nos termos da filosofia pela qual se orienta o Partido Comunista. A arqueologia soviética também acrescenta profundidade temporal e verossimilhança ao esquema evolucionista cultural que, embora tomando o cuidado de não negar a criatividade de nenhum grupo humano, enfatiza o significado histórico universal da União Soviética como a primeira associação de estados a originar sociedades socialistas e, assim, alcançar a meta que as outras nações ainda têm de atingir.

A União Soviética foi o primeiro país em que os dados arqueológicos foram interpretados no horizonte do materialismo histórico marxista. Desde 1920, este paradigma tem guiado toda a pesquisa arqueológica lá realizada. A unidade resultante da perspectiva teórica, compartilhada por todas as ciências humanas na União Soviética, deu à arqueologia soviética